



**Costa Oeste**  
Transmissora de Energia

**Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.**

CNPJ Nº 14.507.191/0001-97

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR - CEP 81200-240

# **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

## **2025**



## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	3
1. A COMPANHIA .....	4
2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA) .....	4
3. DESEMPENHO OPERACIONAL .....	5
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	7
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....</b>	<b>8</b>
Balanço Patrimonial .....	8
Demonstração do Resultado .....	9
Demonstração do Resultado Abrangente .....	10
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido .....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	11
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....</b>	<b>12</b>
1. Contexto Operacional .....	12
2. Base de Preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias .....	12
3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias .....	13
4. Caixa e Equivalentes de Caixa .....	14
5. Concessionárias e permissionárias .....	14
6. Investimentos temporários .....	15
7. Tributos .....	15
8. Imobilizado .....	16
9. Intangível .....	18
10. Fornecedores .....	19
11. Empréstimos e financiamentos .....	19
12. Encargos Setoriais a Recolher .....	20
13. Provisões para Litígios e Passivo Contingente .....	21
14. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica .....	21
15. Patrimônio Líquido .....	21
16. Receita Operacional Líquida .....	22
17. Custos e Despesas Operacionais .....	22
18. Resultado Financeiro .....	23
19. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário .....	23
20. Instrumentos Financeiros .....	26
21. Partes relacionadas .....	28
22. Seguros .....	29
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE .....	30

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia relativas ao exercício de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 17 de abril de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO  
REZENDE**  
Diretor Técnico

**ADRIANO FEDALTO**  
Diretor Administrativo-Financeiro

## 1. A COMPANHIA

A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A (Costa Oeste ou Companhia), instituída em outubro de 2011, é uma empresa que atua na área de transmissão de energia elétrica como uma sociedade de propósito específico - SPE e tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

### 1.1. Costa Oeste em números

Em R\$ mil	2025	2024	variação %
<b>Indicadores Contábeis Regulatórias</b>			
Ativo total	100.821	87.547	15,2%
Caixa e equivalentes de caixa	1.094	7.878	(86,1%)
Investimentos Temporários <sup>(1)</sup>	803	1.830	(56,1%)
Dívida total	6.612	8.657	(23,6%)
Dívida Líquida	4.715	(1.051)	(548,6%)
Receita operacional bruta	23.105	20.232	14,2%
Deduções da receita	(1.784)	(1.630)	9,4%
Receita operacional líquida	21.321	18.602	14,6%
Custos e despesas operacionais	4.861	6.170	(21,2%)
Resultado das atividades	16.460	12.432	32,4%
EBITDA ou LAJIDA	18.887	14.707	28,4%
Resultado financeiro	(414)	520	(179,6%)
IRPJ/CSLL	(826)	(1.074)	(23,1%)
Lucro operacional	16.046	12.952	23,9%
Lucro líquido do exercício	15.220	11.878	28,1%
Patrimônio líquido	62.899	62.801	0,2%
Juros sobre o capital próprio	6.975	4.282	62,9%
Dividendos	20.926	12.849	62,9%
<b>Indicadores Econômico-Financeiros Regulatórios</b>			
Liquidez corrente (índice)	0,1	0,9	(88,9%)
Liquidez geral (índice)	0,1	0,5	(80,0%)
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	88,6%	79,1%	12,0%
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	10,5%	13,8%	(23,9%)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	75,3%	69,6%	8,2%
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	71,4%	63,9%	11,7%
Participação de capital de terceiros (%)	37,6%	28,3%	32,9%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	24,2%	18,9%	28,0%

(1) Garantias de contratos da dívida

## 2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Costa Oeste, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, incorpora os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) à sua estratégia corporativa, fundamentando sua atuação nos temas materiais identificados por meio de consulta às partes interessadas, nas diretrizes estabelecidas pela Política de Sustentabilidade. A integridade é um valor transversal que orienta todas as práticas da companhia, reforçando o compromisso com a ética, a transparência e a conformidade. Essa abordagem é complementada por compromissos voluntários alinhados aos Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030).

O ESG na estratégia da Copel visa promover uma cultura sistêmica e ampla de sustentabilidade, com origem nas partes interessadas, e os temas materiais orientam programas e iniciativas que geram valor compartilhado, minimizam riscos e potencializam oportunidades.

O desempenho ESG é monitorado continuamente por indicadores e avaliações externas, como o ISE, da [B]<sup>3</sup>, o CSA, da S&P Global, e o CDP.

## 2.1. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Copel foi certificada pela ISO 37301, revisando uma série de práticas e normas, ampliando a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2024.

O Programa de Integridade Copel engloba: Código de Conduta; Estatuto Social; Canais de Manifestação; Gestão de Riscos; Matriz de Riscos e Controles Internos e Políticas abrangentes. As informações detalhadas que contemplam o Programa de Integridade da Copel podem ser acessadas no website: <https://ri.copel.com/publicacoes-e-documentos/formulario-de-referencia-e-cadastral/>

## 2.2. Dimensão Social

A Costa Oeste, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, reafirma seu compromisso com a integração das dimensões ambiental, social e econômica, orientando suas práticas pelas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que consolidam valores como diálogo, transparência, respeito aos Direitos Humanos, acessibilidade, inclusão e desenvolvimento sustentável. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

### • Política de Equidade

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispondo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

## 2.3. Dimensão Ambiental

A Costa Oeste, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, atua de forma comprometida com o desenvolvimento sustentável. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade da Copel, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

## 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão do Edital do Leilão nº 04/2011 - Aneel. O edital originou o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 001/2012 - Aneel, composto pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 144,76 km, com origem na Subestação Cascavel Oeste e término na Subestação Umuarama Sul e pela Subestação Umuarama Sul, com transformação 230/138 kV - 300 MVA e respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná.

A empresa Caiuá Transmissora de Energia S.A., por meio do Contrato de Transferência não Onerosa de Bens nº 001/2014, em atendimento aos critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, formalizado pela Resolução Normativa nº 67/2004 e ao Edital de Leilão nº 006/2011 - Aneel, transferiu para a Costa Oeste as Instalações do Seccionamento da Linha de Transmissão Cascavel Oeste - Umuarama Sul 230 kV da Costa Oeste.

Após o Seccionamento da Linha de Transmissão Cascavel Oeste - Umuarama Sul 230 kV os ativos da Costa Oeste ficaram com a seguinte configuração:

- Uma Entrada de Linha de Transmissão 230kV, na Subestação Cascavel Oeste da Copel GeT, no município de Cascavel - PR;
- Duas Entradas de Linha de Transmissão 230kV, na Subestação Cascavel Norte da SPE Caiuá, no município de Cascavel - PR;
- Linha de Transmissão CS 230kV, com 29,60 km de extensão que interliga a Subestação Cascavel Norte com a Subestação Cascavel Oeste, com 64 torres e trecho de seccionamento com 7,30 km de extensão com 28 torres de circuito duplo compartilhadas, passando pelos municípios de Cascavel e Santa Tereza do Oeste;
- Linha de Transmissão CS 230kV, com 129,76 km de extensão que interliga a subestação Cascavel Norte com a Subestação Umuarama Sul, com 303 torres e trecho de seccionamento com 7,30 km de extensão com 28 torres de circuito duplo compartilhadas, passando por 9 municípios da região;
- Subestação Umuarama Sul de 230/138kV com 02 Transformadores trifásicos de 150 MVA, situada no município de Umuarama - PR;
- Duas Entradas de Linha em 138 kV na Subestação Umuarama Sul da Copel Distribuição S.A, no município de Umuarama - PR.

Este empreendimento entrou em operação comercial em agosto de 2014, com investimentos de R\$ 82,5 milhões, auferindo a partir desta data as parcelas mensais da Receita Anual Permitida - RAP previstas no Contrato de Concessão nº 001/2012. Adicionalmente, ainda em agosto de 2014, celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 014/2012 com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, passando a integrar Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

#### Reforços nas instalações:

- Duas entradas de linha em 138 kV instaladas na Subestação Umuarama Sul através de parecer de acesso obtido da Aneel pela Copel Distribuição S.A.
- A Aneel emitiu a Resolução Autorizativa nº 7.172/2018, autorizando a Companhia a implantar reforços nas demais instalações de transmissão de energia elétrica - DIT, sob sua responsabilidade, especificamente: a instalação de 1 Banco de Capacitores em 138 kV, 30 MVar, Substituição do Disjuntor de Interconexão de Barras e Conexões, na Subestação Umuarama Sul e estabeleceu a Receita Anual Permitida - RAP no valor de R\$ 0,8 milhão. A implantação do Banco de Capacitores 138kV – 30MVar foi concluída em setembro de 2020, sendo que o referido reforço entrou em operação comercial na data de 15.09.2020.
- Em 2023 através da Resolução Autorizativa n.º 14.711/2023, a Aneel autorizou a implantação de reforços na subestação 230 kV Umuarama Sul com investimento de cerca de R\$ 33,9 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 4,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial que ocorreu em 23.12.2025.

#### Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Físicas

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
<b>Linhas e Subestações próprias</b>							
Contrato nº 001/2012							
LT Cascavel Norte - Cascavel Oeste	100%	CS	230kV	0,029	—	31.08.2014	12.01.2042
LT Cascavel Norte - Umuarama Sul		CS	230 kV	0,13	—		
SE Umuarama Sul		—	230/138 kV	—	0,3	27.07.2014	
				<b>0,159</b>	<b>0,3</b>		

## Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporc. (R\$ mil)	Ano de degraú da RAP	Mês base reajuste	Índice de correção
<b>Linhas e Subestações próprias</b>						
Contrato nº 001/2012						
LT Cascavel Norte - Cascavel Oeste						
LT Cascavel Norte - Umuarama Sul	100%	25.898	25.898	não aplicável	Julho	IPCA
SE Umuarama						

### RAP Realizada e Esperada

Em vista das linhas em operação, a RAP esperada para os próximos cinco anos está representada no quadro a seguir:

Linha de transmissão - RAP proporcional - R\$ mil *	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Integral</b>							
Contrato de concessão de transmissão nº 001/2012	18.997	20.743	25.898	25.898	25.898	25.898	25.898
<b>Total</b>	<b>18.997</b>	<b>20.743</b>	<b>25.898</b>	<b>25.898</b>	<b>25.898</b>	<b>25.898</b>	<b>25.898</b>

\* Valores correntes nominais até 2025. A partir de 2026, inclusive, são sem inflação à moeda de 31.12.2025.

## 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2025, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 2.719, representando 14,6% de aumento em relação a 2024 devido principalmente aos efeitos de reajuste tarifários.

### 4.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2025, os Custos e Despesas Operacionais tiveram redução de R\$ 1.343, representando variação de 21,8% em relação a 2024 conforme detalhado a seguir.

	2025	2024	Variação	
			R\$	%
Pessoal, administradores, Planos de Previdência e Assistencial	185	208	(23)	(11,1)
Material	31	—	31	—
Serviços de terceiros	2.037	3.107	(1.070)	(34,4)
Arrendamentos e aluguéis	3	1	2	200,0
Seguros	56	153	(97)	(63,4)
Perdas estimadas, provisões e reversões	8	359	(351)	(97,8)
Tributos	10	1	9	900,0
Depreciação e amortização	2.427	2.275	152	6,7
Gastos diversos	100	94	6	6,4
(-) Outras receitas operacionais	(30)	(28)	(2)	7,1
	<b>4.827</b>	<b>6.170</b>	<b>(1.343)</b>	<b>(21,8)</b>

### 4.3. EBITDA ou LAJIDA

Em R\$ milhões	2025	2024
Lucro líquido do exercício	15.220	11.878
Despesas com tributos sobre os lucros	826	1.074
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	414	(520)
<b>Lajir/Ebit</b>	<b>16.460</b>	<b>12.432</b>
Depreciação e Amortização	2.427	2.275
<b>Lajida/Ebitda</b>	<b>18.887</b>	<b>14.707</b>
Receita Operacional Líquida - ROL	21.321	18.602
<b>Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)</b>	<b>88,58%</b>	<b>79,06%</b>

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

### Balço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
 (em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.094	7.878
Concessionárias e permissionárias	5	2.415	2.150
Serviços em curso		222	171
Tributos compensáveis	7	119	123
Despesas pagas antecipadamente		17	40
Outros ativos circulantes		10	9
		<b>3.877</b>	<b>10.371</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Investimentos temporários	6	803	1.830
		<b>803</b>	<b>1.830</b>
<b>Imobilizado</b>	8	<b>81.880</b>	<b>60.882</b>
<b>Intangível</b>	9	<b>14.261</b>	<b>14.464</b>
		<b>96.944</b>	<b>77.176</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>100.821</b>	<b>87.547</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	10	466	4.137
Empréstimos e financiamentos	11	2.282	2.231
Tributos	7	287	289
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio		24.107	4.283
Encargos setoriais	12	390	336
Outros passivos circulantes		52	64
		<b>27.584</b>	<b>11.340</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	4.330	6.426
Provisão para litígios	13	1.857	2.490
Encargos setoriais	12	79	62
Tributos diferidos		54	257
Outros passivos não circulantes		—	1
Obrigações vinculadas à concessão e permissão		4.018	4.170
		<b>10.338</b>	<b>13.406</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	15.1	73.000	73.000
Capital a integralizar		(20.000)	(20.000)
Reservas de lucros		8.982	7.514
Recursos destinados a aumento de capital	15.1	4.700	—
Prejuízos acumulados		(24.709)	(10.562)
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	15.3	20.926	12.849
		<b>62.899</b>	<b>62.801</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>100.821</b>	<b>87.547</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## Demonstração do Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
<b>RECEITA</b>			
Disponibilização do sistema de transmissão		23.105	20.232
	16	<b>23.105</b>	<b>20.232</b>
<b>Tributos</b>			
Pis/Pasep		(150)	(132)
Cofins		(694)	(607)
		<b>(844)</b>	<b>(739)</b>
<b>Encargos</b>			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(213)	(186)
Reserva global de reversão - RGR		(652)	(633)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		(75)	(72)
		<b>(940)</b>	<b>(891)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>21.321</b>	<b>18.602</b>
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>			
Pessoal e administradores	17.1	(185)	(208)
Material		(31)	—
Serviços de terceiros	17.2	(2.037)	(3.107)
Arrendamentos e aluguéis		(3)	(1)
Seguros		(56)	(153)
Perdas estimadas, provisões e reversões		(8)	(359)
Tributos		(10)	(1)
Depreciação e amortização		(2.427)	(2.275)
Gastos diversos		(100)	(94)
(-) Outras receitas operacionais		30	28
Outras despesas operacionais		(34)	—
	17	<b>(4.861)</b>	<b>(6.170)</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>16.460</b>	<b>12.432</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Despesas financeiras		(794)	(851)
Receitas financeiras		380	1.371
	18	<b>(414)</b>	<b>520</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>16.046</b>	<b>12.952</b>
Despesas com tributos sobre o lucro	7.3	(826)	(1.074)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>15.220</b>	<b>11.878</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## Demonstração do Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>15.220</b>	<b>11.878</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	—	—
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>15.220</b>	<b>11.878</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	(-) Capital a integralizar	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
					Reserva legal	Dividendo adicional proposta		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>73.000</b>	<b>(20.000)</b>	—	<b>6.612</b>	<b>12.445</b>	<b>(4.407)</b>	<b>67.650</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		—	—	—	—	—	11.878	11.878
<b>Outros resultados abrangentes</b>								
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		—	—		—	—	<b>11.878</b>	<b>11.878</b>
Deliberação do dividendo adicional proposto		—	—	—	—	(12.445)	—	(12.445)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	15.2	—	—	—	902	—	(902)	—
Dividendos	15.3	—	—	—	—	—	(4.282)	(4.282)
Dividendo adicional proposto	15.3	—	—	—	—	12.849	(12.849)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>73.000</b>	<b>(20.000)</b>	—	<b>7.514</b>	<b>12.849</b>	<b>(10.562)</b>	<b>62.801</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		—	—	—	—	—	15.220	15.220
<b>Outros resultados abrangentes</b>								
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		—	—		—	—	<b>15.220</b>	<b>15.220</b>
Deliberação do dividendo adicional proposto	15.4	—	—	—	—	(12.849)	—	(12.849)
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	—	4.700	—	—	—	4.700
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	15.2	—	—	—	1.468	—	(1.468)	—
Dividendos	15.3	—	—	—	—	—	(6.975)	(6.975)
Dividendo adicional proposto	15.3	—	—	—	—	20.926	(20.926)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>73.000</b>	<b>(20.000)</b>	<b>4.700</b>	<b>8.982</b>	<b>20.926</b>	<b>(24.711)</b>	<b>62.897</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade</b>		<b>15.220</b>	<b>11.878</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>			
Depreciação		2.427	2.265
Amortização		1	9
Imposto de renda e contribuição social	7.3	826	1.074
Juros e variações monetárias		792	844
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		6	365
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	12.1	214	184
Resultado das baixas de imobilizado		31	—
		<b>19.517</b>	<b>16.619</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Concessionárias e permissionárias		(271)	(392)
Serviços em curso		(51)	77
Tributos compensáveis		4	65
Despesas pagas antecipadamente		23	36
Outros ativos		(1)	(1)
		<b>(296)</b>	<b>(215)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Fornecedores		(3.864)	3.902
Tributos		(35)	65
Provisão para litígios		(431)	—
Encargos setoriais		(151)	(315)
Outros passivos		(13)	(15)
		<b>(4.494)</b>	<b>3.637</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>14.727</b>	<b>20.041</b>
Encargos de dívidas pagos		(598)	(765)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(996)	(1.155)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>13.133</b>	<b>18.121</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de imobilizado	8	(23.415)	(6.179)
Aquisições de intangível	9	—	(139)
Investimentos temporários		1.027	(154)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>		<b>(22.388)</b>	<b>(6.472)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Empréstimos e financiamentos pagos		(2.229)	(2.192)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos		—	(16.593)
Recursos destinados a aumento de capital recebidos		4.700	—
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>2.471</b>	<b>(18.785)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA</b>		<b>(6.784)</b>	<b>(7.136)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	4	7.878	15.014
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	4	1.094	7.878
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA</b>		<b>(6.784)</b>	<b>(7.136)</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Em 31 de dezembro de 2025  
(em milhares de reais)

### 1. Contexto Operacional

A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. (Costa Oeste ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) que é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia nº 001/2012 - Aneel. O prazo da concessão de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato se encerra em 11.01.2042.

### 2. Base de Preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

#### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com normas emitidas pela Aneel, constantes no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis regulatórias.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentando diferença de valores pelas aplicações diferenciadas de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

As emissões das demonstrações financeiras societárias e das demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 24.03.2026 e em 17.04.2026, respectivamente.

#### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.3. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

#### 2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel GeT. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis regulatórias são as seguintes:

- NEs nºs 3.1 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.2 e 9 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 das demonstrações financeiras societárias e 5.1 – Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NE nº 3.4 das demonstrações financeiras societárias e 13 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nº 3.4 - Receita não faturada: estimativa de valores não faturados.

## 2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da Companhia, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo, tais como adequação do programa de investimentos, manutenção de ações de redução de custos e alongamento da dívida.

## 3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas e apresentadas na NE nº 3 das demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

### 3.1. Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica são registrados ao custo de aquisição, acrescidos do valor da reavaliação regulatória.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Como referência utiliza-se as taxas definidas pela Aneel, visto que tais taxas foram objeto de estudos técnicos e estatísticos efetuados pelo órgão regulador, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

### 3.2. Intangível

Integram esse ativo os valores de servidões de passagem e de softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo intangível em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

#### 3.2.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### 3.2.2. Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo.

### 3.3. Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos bens recebidos de terceiros com finalidade de sua aplicação no serviço concedido, mas cuja devolução ou indenização possa ocorrer no futuro. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes, conforme legislação vigente.

### 3.4. Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

A receita não faturada corresponde ao reconhecimento da receita do período entre o último faturamento e o final de cada mês, por meio de estimativa com base na última medição efetuada.

## 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	1.094	737
Aplicações financeiras de liquidez imediata	—	7.141
	<b>1.094</b>	<b>7.878</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

## 5. Concessionárias e permissionárias

Descrição - R\$ mil	VALORES CORRENTES						Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA						
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 à 180 dias	De 181 à 360 dias	Mais de 360 dias		
<b>Concessionárias e permissionárias</b>								
Encargos de uso da rede elétrica	2.220	4	23	36	564	(432)	2.415	2.150
<b>TOTAL</b>	<b>2.220</b>	<b>4</b>	<b>23</b>	<b>36</b>	<b>564</b>	<b>(432)</b>	<b>2.415</b>	<b>2.150</b>
						<b>Circulante</b>	<b>2.415</b>	<b>2.150</b>

### 5.1. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

	1º.01.2024	Adições	31.12.2024	Adições	31.12.2025
<b>Concessionárias e permissionárias</b>					
Concessionárias e permissionárias	61	365	426	6	432
	<b>61</b>	<b>365</b>	<b>426</b>	<b>6</b>	<b>432</b>

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

## 6. Investimentos temporários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O saldo, classificado como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, corresponde à conta reserva mantida como garantia para o contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES (NE nº 11).

Categoria	Indexador	31.12.2025	31.12.2024
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	803	1.830
<b>Não circulante</b>		<b>803</b>	<b>1.830</b>

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

## 7. Tributos

### 7.1. Tributos compensáveis e tributos a recolher

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Ativo Circulante</b>		
IR e CSLL a recuperar	119	123
	<b>119</b>	<b>123</b>
<b>Passivo circulante</b>		
PIS/Pasep e Cofins a recolher	76	63
IR e CSLL a recolher	182	149
Outros tributos	29	77
	<b>287</b>	<b>289</b>

### 7.2. Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2025
<b>(-) Passivo não circulante</b>					
Provisão de rendimentos de aplicações financeiras	332	(75)	257	(203)	54
	<b>332</b>	<b>(75)</b>	<b>257</b>	<b>(203)</b>	<b>54</b>
<b>Líquido</b>	<b>(332)</b>	<b>75</b>	<b>(257)</b>	<b>203</b>	<b>(54)</b>

### 7.3. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>16.046</b>	<b>12.952</b>
<b>IRPJ e CSLL (34%)</b>	<b>(5.456)</b>	<b>(4.404)</b>
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>		
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	4.630	3.330
<b>Despesas com tributos sobre o lucro</b>	<b>(826)</b>	<b>(1.074)</b>
Alíquota efetiva - %	<b>5,1%</b>	<b>8,3%</b>

### 7.4. Reforma tributária do consumo

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que instituiu a Reforma Tributária no âmbito da tributação sobre o consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional. Em complemento, foram sancionadas as Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2025, que estabeleceram os principais dispositivos regulamentares necessários à implementação gradual do novo modelo tributário, o qual ainda depende de regulamentações adicionais e de definições operacionais por parte das autoridades competentes.

Considerando a relevância, a complexidade e o caráter gradual da implementação da Reforma Tributária, a Companhia constituiu um grupo multidisciplinar, envolvendo as áreas fiscal, contábil, jurídica, tecnologia da informação, regulatória e de negócios, com o objetivo de avaliar os impactos potenciais sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais realizados, a Administração definiu um plano de ação estruturado para a adequação às novas exigências legais e operacionais. Ao longo do exercício de 2025, a Companhia iniciou e implementou as ações previstas, incluindo, entre outras, revisões de processos, atualizações e adequações de sistemas, mapeamento de impactos tributários e o fortalecimento dos controles internos relacionados à apuração dos tributos e ao cumprimento das obrigações acessórias.

Para o exercício de 2026, a Companhia dará continuidade à execução do referido plano de ação, com foco na conclusão das medidas necessárias para a adaptação às alterações que entrarão em vigor a partir de 2027, notadamente a extinção das contribuições ao PIS e à Cofins e o início da incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). No entanto, tendo em vista que o processo de implementação da Reforma Tributária ainda se encontra em evolução, com possíveis alterações legislativas, regulamentações complementares e interpretações por parte das autoridades fiscais.

A Companhia mantém acompanhamento contínuo das atualizações legislativas, das regulamentações infralegais e das discussões no âmbito setorial, revisando periodicamente suas estimativas, premissas e julgamentos à luz das novas informações disponíveis. Eventuais efeitos decorrentes de mudanças futuras na legislação ou em sua interpretação serão refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras do período em que tais alterações forem efetivamente conhecidas ou implementadas.

## 8. Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativa e para transmissão de energia elétrica.

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025			2024
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Transmissão	4,03%	107.099	(25.783)	81.316	54.669
Administração	—%	30	(30)	—	—
		<b>107.129</b>	<b>(25.813)</b>	<b>81.316</b>	<b>54.669</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão		564	—	564	6.213
		<b>564</b>	<b>—</b>	<b>564</b>	<b>6.213</b>
		<b>107.693</b>	<b>(25.813)</b>	<b>81.880</b>	<b>60.882</b>

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31.12.2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31.12.2025	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31.12.2025	Valor Líquido em 31.12.2024	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Transmissão</b>	<b>77.937</b>	<b>—</b>	<b>(95)</b>	<b>29.257</b>	<b>107.099</b>	<b>29.162</b>	<b>(25.783)</b>	<b>81.316</b>	<b>54.669</b>	<b>(4.867)</b>	<b>849</b>	<b>(4.018)</b>
Terrenos	1.055	—	—	—	1.055	—	—	1.055	1.055	—	—	—
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3.849	—	—	516	4.365	516	(1.472)	2.893	2.509	—	—	—
Máquinas e Equipamentos	73.025	—	(95)	28.741	101.671	28.646	(24.305)	77.366	51.103	(4.867)	849	(4.018)
Móveis e Utensílios	8	—	—	—	8	—	(6)	2	2	—	—	—
<b>Administração</b>	<b>30</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>30</b>	<b>—</b>	<b>(30)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Móveis e Utensílios	30	—	—	—	30	—	(30)	—	—	—	—	—
<b>Subtotal</b>	<b>77.967</b>	<b>—</b>	<b>(95)</b>	<b>29.257</b>	<b>107.129</b>	<b>29.162</b>	<b>(25.813)</b>	<b>81.316</b>	<b>54.669</b>	<b>(4.867)</b>	<b>849</b>	<b>(4.018)</b>

  

Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31.12.2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31.12.2025	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31.12.2025	Valor Líquido em 31.12.2024	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Transmissão</b>	<b>6.213</b>	<b>23.608</b>	<b>—</b>	<b>(29.257)</b>	<b>564</b>	<b>(5.649)</b>	<b>—</b>	<b>564</b>	<b>6.213</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Máquinas e Equipamentos	6.213	23.092	—	(28.741)	564	(5.649)	—	564	6.213	—	—	—
Outros	—	516	—	(516)	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Subtotal</b>	<b>6.213</b>	<b>23.608</b>	<b>—</b>	<b>(29.257)</b>	<b>564</b>	<b>(5.649)</b>	<b>—</b>	<b>564</b>	<b>6.213</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>84.180</b>	<b>23.608</b>	<b>(95)</b>	<b>—</b>	<b>107.693</b>	<b>23.513</b>	<b>(25.813)</b>	<b>81.880</b>	<b>60.882</b>	<b>(4.867)</b>	<b>849</b>	<b>(4.018)</b>

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos nos exercícios de 2025 e de 2024.

### 8.1. Adições ao imobilizado em curso

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Edif/Obras Civas/Benfeitorias	—	516	516
Máquinas e Equipamentos	14.595	8.497	23.092
<b>Total das Adições</b>	<b>14.595</b>	<b>9.013</b>	<b>23.608</b>

### 8.2. Dez principais adições (pelo valor) ao imobilizado em serviço

	Descrição do bem	em R\$ mil
1	AUTO-TRANSFORMADOR DE FORÇA 145KV<X<=230KV 12,6KV<	12.032
2	ESTRUTURA BASE PARA EQUIPAMENTO CONCRETO	2.752
3	CONJUNTO DE CANALETAS	1.416
4	SISTEMA DE DRENAGEM	1.351
5	SECCIONADORA 245KV<X<=345KV TRIFASICO/TRIPOLAR MOT	814
6	SECCIONADORA 245KV<X<=345KV TRIFASICO/TRIPOLAR MOT	814
7	SECCIONADORA 230KV<X<=245KV 1800A<X<=2000A TRIFASI	741
8	SECCIONADORA 230KV<X<=245KV 1800A<X<=2000A TRIFASI	741
9	SECCIONADORA 138KV<X<=145KV 1800A<X<=2000A TRIFASI	697
10	SECCIONADORA 138KV<X<=145KV 1800A<X<=2000A TRIFASI	697

### 8.3. Dez principais exclusões (pelo valor) ao imobilizado em serviço

	Descrição do bem	em R\$ mil
1	BANCO DE BATERIAS COM 24 ELEMENTOS	17
2	BANCO DE BATERIAS COM 24 ELEMENTOS	17
3	BANCO DE BATERIAS COM 60 ELEMENTOS	31
4	BANCO DE BATERIAS COM 60 ELEMENTOS	31

### 8.4. Taxas médias de depreciação

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Transmissão</b>	
Condutor do Sistema	2,70%
Edificações, Obras Civas	3,74%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura do Sistema	2,70%
Máquinas e Equipamentos	4,95%

## 9. Intangível

	Valor Bruto em 31.12.2024	Adições (A)	Valor Bruto em 31.12.2025	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31.12.2025	Valor Líquido em 31.12.2024
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>							
<b>Transmissão</b>	<b>9.998</b>	—	<b>9.998</b>	—	—	<b>9.998</b>	<b>9.998</b>
Servidões	9.998	—	9.998	—	—	9.998	9.998
<b>Administração</b>	<b>59</b>	—	<b>59</b>	—	(45)	<b>14</b>	<b>15</b>
Softwares	59	—	59	—	(45)	14	15
<b>Subtotal</b>	<b>10.057</b>	—	<b>10.057</b>	—	(45)	<b>10.012</b>	<b>10.013</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>							
<b>Transmissão</b>	<b>3.214</b>	(202)	<b>3.012</b>	(202)	—	<b>3.012</b>	<b>3.214</b>
Servidões	3.214	(202)	3.012	(202)	—	3.012	3.214
<b>Administração</b>	<b>1.237</b>	—	<b>1.237</b>	—	—	<b>1.237</b>	<b>1.237</b>
Outros	1.237	—	1.237	—	—	1.237	1.237
<b>Subtotal</b>	<b>4.451</b>	(202)	<b>4.249</b>	(202)	—	<b>4.249</b>	<b>4.451</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>14.508</b>	(202)	<b>14.306</b>	(202)	(45)	<b>14.261</b>	<b>14.464</b>

## 10. Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços	466	4.137
<b>Circulante</b>	<b>466</b>	<b>4.137</b>

## 11. Empréstimos e financiamentos

Os contratos tiveram o objetivo de financiar a implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e a implantação da subestação Umuarama Sul.

Banco	Garantias	31.12.2025	31.12.2024
BNDÉS	Fidejussória Copel GET; Penhor de ações de propriedade da GET; Cessão fiduciária de direitos creditórios;	6.612	8.657
		6.612	8.657
	<b>Circulante</b>	<b>2.282</b>	<b>2.231</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>4.330</b>	<b>6.426</b>

Os quadros a seguir apresentam a composição do endividamento:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>							
Bndes - Costa Oeste	22	2.260	4.331	6.613	Sim	01.12.2013	Recebíveis
	<b>22</b>	<b>2.260</b>	<b>4.331</b>	<b>6.613</b>			

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>							
Bndes - Costa Oeste	TJLP	1,95%	15.01.2026	Mensal	15.01.2026	15.11.2028	Mensal

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total
		2027	2028	2029	2030	2031	2032+	
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>								
Bndes - Costa Oeste	SAC	2.260	2.071	—	—	—	—	4.331

A abertura dos ativos financeiros e da dívida líquida estão demonstradas nos quadros a seguir:

Instituição / Linha Credora	Principal Curto Prazo	Saldo Total
<b>Caixa e aplicações financeiras</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.094	1.094
	<b>1.094</b>	<b>1.094</b>

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
<b>Dívida Bruta</b>	<b>22</b>	<b>2.260</b>	<b>4.331</b>	<b>6.613</b>
Financiamento / Empréstimos Moeda Nacional	22	2.260	4.331	6.613
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(803)</b>	<b>(803)</b>
Alta Líquidez	—	—	(803)	(803)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>22</b>	<b>2.260</b>	<b>3.528</b>	<b>5.810</b>

### 11.1. Mutação de empréstimos e financiamentos

	<b>Total</b>
<b>Em 01.01.2024</b>	<b>10.778</b>
Encargos e variação monetária	836
Amortização - principal	(2.192)
Pagamento - encargos	(765)
<b>Em 31.12.2024</b>	<b>8.657</b>
Encargos e variação monetária	782
Amortização - principal	(2.229)
Pagamento - encargos	(598)
<b>Em 31.12.2025</b>	<b>6.612</b>

### 11.2. Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato de financiamento junto ao BNDES requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD superior a 1,3 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2025, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

## 12. Encargos Setoriais a Recolher

	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Reserva global de reversão - RGR	134	136
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (NE nº 12.1)	329	252
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	6	6
Conta de desenvolvimento energético - CDE	—	4
	<b>469</b>	<b>398</b>
<b>Circulante</b>	<b>390</b>	<b>336</b>
<b>Não circulante</b>	<b>79</b>	<b>62</b>

### 12.1. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

	<b>Aplicado e não concluído</b>	<b>Saldo a recolher</b>	<b>Saldo a aplicar</b>	<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>Saldo em 31.12.2024</b>
FNDCT	—	15	—	15	13
MME	—	8	—	8	6
P&D	223	—	83	306	237
	<b>223</b>	<b>23</b>	<b>83</b>	<b>329</b>	<b>256</b>
			<b>Circulante</b>	<b>250</b>	<b>194</b>
			<b>Não circulante</b>	<b>79</b>	<b>62</b>

O quadro a seguir apresenta a mutação dos saldos de P&D.

	<b>FNDCT</b>	<b>MME</b>	<b>P&amp;D</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1º.01.2024</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>425</b>	<b>434</b>
Constituições	74	36	74	184
Juros	—	—	8	8
Recolhimentos	(67)	(33)	(270)	(370)
<b>Em 31.12.2024</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>237</b>	<b>256</b>
Constituições	85	43	86	214
Juros	—	—	8	8
Recolhimentos	(83)	(41)	(25)	(149)
<b>Em 31.12.2024</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>306</b>	<b>329</b>

### 13. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 das demonstrações financeiras societárias são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

O saldo de provisões para litígios refere-se a ações judiciais de natureza cível, referente aos processos de indenizações relacionadas às faixas de servidão das linhas de transmissão.

	Outros	Total
<b>Saldo em 1º.01.2024</b>	<b>2.433</b>	<b>2.433</b>
Adições Intangível em curso	57	57
<b>Saldos em 31.12.2024</b>	<b>2.490</b>	<b>2.490</b>
Adições ao Intangível em curso	(202)	(202)
Quitações	(431)	(431)
<b>Saldos em 31.12.2025</b>	<b>1.857</b>	<b>1.857</b>

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2025 o saldo de passivos contingentes de R\$ 98 (R\$ 429 em 31.12.2024) se refere aos processos de indenizações relacionadas às faixas de servidão das linhas de transmissão.

### 14. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Total
<b>Em serviço</b>			
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,12%	4.867	4.867
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>			
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(849)	(849)
<b>Total</b>		<b>4.018</b>	<b>4.018</b>

	31.12.2024	Adição	31.12.2025
<b>Em serviço</b>			
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4.867	—	4.867
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>			
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(697)	(152)	(849)
<b>Total</b>	<b>4.170</b>	<b>(152)</b>	<b>4.018</b>

### 15. Patrimônio Líquido

#### 15.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025, no valor de R\$ 73.000 (R\$ 73.000 em 31.12.2024) é composto por 73.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

Em 2025 a Costa Oeste recebeu Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) que totalizaram o valor de R\$ 4.700 a ser integralizado na Assembleia Geral que será realizada em abril de 2026.

#### 15.2. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

### 15.3. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Base de cálculo para os dividendos</b>		
Lucro líquido do exercício - regulatório	15.220	11.878
Efeito dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória (NE nº 19)	14.149	6.155
<b>Lucro líquido do exercício - societário</b>	<b>29.369</b>	<b>18.033</b>
Reserva legal (5%)	(1.468)	(902)
	<b>27.901</b>	<b>17.131</b>
<b>Dividendos propostos</b>		
Dividendos mínimo obrigatório	6.975	4.282
Dividendo adicional proposto	20.926	12.849
	<b>27.901</b>	<b>17.131</b>

### 15.4. Dividendo adicional proposto

Em 30.04.2025, a Assembleia Geral aprovou o pagamento do dividendo adicional proposto registrado em 31.12.2024, no valor de R\$ 12.849.

## 16. Receita Operacional Líquida

	31.12.2025	31.12.2024
Disponibilidade da rede elétrica (Receita Bruta)	23.105	20.232
(-) PIS/Pasep e Cofins	(844)	(739)
<b>Encargos do consumidor</b>		
(-) Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(213)	(186)
(-) Reserva global de reversão - RGR	(652)	(633)
(-) Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(75)	(72)
<b>Receita Líquida</b>	<b>21.321</b>	<b>18.602</b>

## 17. Custos e Despesas Operacionais

	31.12.2025	31.12.2024
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		
Pessoal e administradores (NE nº 17.1)	(185)	(208)
Material	(31)	—
Serviços de terceiros (NE nº 17.2)	(2.037)	(3.107)
Arrendamentos e aluguéis	(3)	(1)
Seguros	(56)	(153)
Perdas estimadas, provisões e reversões	(8)	(359)
Tributos	(10)	(1)
Depreciação e amortização	(2.427)	(2.275)
Gastos diversos	(100)	(94)
(-) Outras receitas operacionais	30	28
Outras despesas operacionais	(34)	—
	<b>(4.861)</b>	<b>(6.170)</b>

### 17.1. Pessoal e administradores

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	111	126
Encargos sociais	39	42
Auxílio alimentação e educação	1	1
	<b>151</b>	<b>169</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários	9	10
Encargos sociais adm	2	2
	<b>11</b>	<b>12</b>
<b>Plano de benefício assistencial</b>	<b>23</b>	<b>27</b>
	<b>185</b>	<b>208</b>

## 17.2. Serviços de terceiros

	31.12.2025	31.12.2024
Manutenção de instalações	44	26
Manutenção do sistema elétrico	2.680	2.331
Comunicação, processamento e transmissão de dados	2	11
Consultoria e auditoria	27	42
Outros serviços	(716)	697
	<b>2.037</b>	<b>3.107</b>

## 18. Resultado Financeiro

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	375	1.358
Rendimento sobre depósitos judiciais	1	11
Acréscimos moratórios sobre faturas	2	2
Outras receitas financeiras	2	—
	<b>380</b>	<b>1.371</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
Variação monetária e encargos da dívida	782	836
Outras despesas financeiras	12	15
	<b>794</b>	<b>851</b>
<b>Líquido</b>	<b>(414)</b>	<b>520</b>

## 19. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

ATIVO	Nota de Ajuste	31.12.2025			31.12.2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		1.094	—	1.094	7.878	—	7.878
Concessionárias e permissionárias		2.415	—	2.415	2.150	—	2.150
Serviços em curso		222	—	222	171	—	171
Tributos compensáveis		119	—	119	123	—	123
Despesas pagas antecipadamente		17	—	17	40	—	40
Ativos de contrato	1.1	—	5.284	5.284	—	3.872	3.872
Outros ativos circulantes		10	—	10	9	—	9
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>3.877</b>	<b>5.284</b>	<b>9.161</b>	<b>10.371</b>	<b>3.872</b>	<b>14.243</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Investimentos temporários		803	—	803	1.830	—	1.830
Ativos de contrato	1.1	—	184.710	184.710	—	150.200	150.200
		<b>803</b>	<b>184.710</b>	<b>185.513</b>	<b>1.830</b>	<b>150.200</b>	<b>152.030</b>
<b>Imobilizado</b>	1.2	<b>81.880</b>	<b>(81.560)</b>	<b>320</b>	<b>60.882</b>	<b>(60.882)</b>	<b>—</b>
<b>Intangível</b>	1.2	<b>14.261</b>	<b>(14.247)</b>	<b>14</b>	<b>14.464</b>	<b>(14.449)</b>	<b>15</b>
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>96.944</b>	<b>88.903</b>	<b>185.847</b>	<b>77.176</b>	<b>74.869</b>	<b>152.045</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>100.821</b>	<b>94.187</b>	<b>195.008</b>	<b>87.547</b>	<b>78.741</b>	<b>166.288</b>

PASSIVO	Nota de Ajuste	31.12.2025			31.12.2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CIRCULANTE</b>							
Fornecedores		466	—	466	4.137	—	4.137
Empréstimos e financiamentos		2.282	—	2.282	2.231	—	2.231
Tributos		287	—	287	289	—	289
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		24.107	—	24.107	4.283	—	4.283
Encargos setoriais	1.3	390	(6)	384	336	(6)	330
Outros passivos circulantes	1.3	52	6	58	64	6	70
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>27.584</b>	<b>—</b>	<b>27.584</b>	<b>11.340</b>	<b>—</b>	<b>11.340</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>							
Empréstimos e financiamentos		4.330	—	4.330	6.426	—	6.426
Provisão para litígios		1.857	—	1.857	2.490	—	2.490
Encargos setoriais		79	—	79	62	—	62
Tributos diferidos	1.4	54	5.964	6.018	257	4.817	5.074
Outros passivos não circulantes		—	—	—	1	—	1
Obrigações vinculadas à concessão e permissão	1.5	4.018	(4.018)	—	4.170	(4.170)	—
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>10.338</b>	<b>1.946</b>	<b>12.284</b>	<b>13.406</b>	<b>647</b>	<b>14.053</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital Social		73.000	—	73.000	73.000	—	73.000
Capital a integralizar	1.6	(20.000)	20.000	—	(20.000)	20.000	—
Reservas de lucros	1.6	8.982	47.532	56.514	7.514	47.532	55.046
Recursos destinados a aumento de capital		4.700	—	4.700	—	—	—
Prejuízos acumulados	1.6	(24.709)	24.709	—	(10.562)	10.562	—
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		20.926	—	20.926	12.849	—	12.849
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>62.899</b>	<b>92.241</b>	<b>155.140</b>	<b>62.801</b>	<b>78.094</b>	<b>140.895</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>100.821</b>	<b>94.187</b>	<b>195.008</b>	<b>87.547</b>	<b>78.741</b>	<b>166.288</b>

	Nota de Ajuste	31.12.2025			31.12.2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>RECEITA</b>							
Disponibilização do sistema de transmissão	1.7	23.105	3.335	26.440	20.232	3.600	23.832
Receita de construção	1.8	—	33.862	33.862	—	6.553	6.553
Outras receitas	1.9	—	30	30	—	28	28
		<b>23.105</b>	<b>37.227</b>	<b>60.332</b>	<b>20.232</b>	<b>10.181</b>	<b>30.413</b>
<b>Tributos</b>							
Pis/Pasep		(150)	—	(150)	(132)	—	(132)
Cofins		(694)	—	(694)	(607)	—	(607)
		<b>(844)</b>	<b>—</b>	<b>(844)</b>	<b>(739)</b>	<b>—</b>	<b>(739)</b>
<b>Encargos</b>							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(213)	—	(213)	(186)	—	(186)
Reserva global de reversão - RGR		(652)	—	(652)	(633)	—	(633)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	1.9	(75)	75	—	(72)	72	—
		<b>(940)</b>	<b>75</b>	<b>(865)</b>	<b>(891)</b>	<b>72</b>	<b>(819)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>21.321</b>	<b>37.302</b>	<b>58.623</b>	<b>18.602</b>	<b>10.253</b>	<b>28.855</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>		<b>21.321</b>	<b>37.302</b>	<b>58.623</b>	<b>18.602</b>	<b>10.253</b>	<b>28.855</b>

(continua)

	Nota de Ajuste	31.12.2025			31.12.2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>							
Pessoal e administradores		(185)	—	(185)	(208)	—	(208)
Material		(31)	—	(31)	—	—	—
Serviços de terceiros		(2.037)	—	(2.037)	(3.107)	—	(3.107)
Arrendamentos e aluguéis		(3)	—	(3)	(1)	—	(1)
Seguros		(56)	—	(56)	(153)	—	(153)
Perdas estimadas, provisões e reversões		(8)	—	(8)	(359)	—	(359)
Tributos		(10)	—	(10)	(1)	—	(1)
Depreciação e amortização	1.10	(2.427)	2.418	(9)	(2.275)	2.264	(11)
Custo de construção	1.8	—	(24.353)	(24.353)	—	(5.977)	(5.977)
Gastos diversos	1.9	(100)	(74)	(174)	(94)	(72)	(166)
(-) Outras receitas operacionais	1.7	30	(30)	—	28	(28)	—
Outras despesas operacionais	1.9	(34)	34	—	—	—	—
		<b>(4.861)</b>	<b>(22.005)</b>	<b>(26.866)</b>	<b>(6.170)</b>	<b>(3.813)</b>	<b>(9.983)</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE</b>		<b>16.460</b>	<b>15.297</b>	<b>31.757</b>	<b>12.432</b>	<b>6.440</b>	<b>18.872</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>							
Despesas financeiras		(794)	—	(794)	(851)	—	(851)
Receitas financeiras		380	—	380	1.371	—	1.371
		<b>(414)</b>	<b>—</b>	<b>(414)</b>	<b>520</b>	<b>—</b>	<b>520</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS</b>		<b>16.046</b>	<b>15.297</b>	<b>31.343</b>	<b>12.952</b>	<b>6.440</b>	<b>19.392</b>
Despesas com tributos sobre o lucro	1.11	(826)	(1.147)	(1.973)	(1.074)	(285)	(1.359)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>		<b>15.220</b>	<b>14.150</b>	<b>29.370</b>	<b>11.878</b>	<b>6.155</b>	<b>18.033</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>15.220</b>	<b>14.150</b>	<b>29.370</b>	<b>11.878</b>	<b>6.155</b>	<b>18.033</b>

1.1. Aplicação do ICPC 01 - Contrato de concessão no balanço societário (ativo de contrato de transmissão registrado no imobilizado e intangível no balanço regulatório).

1.2. Valores de ativos de transmissão classificados como Ativo de contrato no balanço societário, conforme ICPC 01 - Contrato de Concessão.

1.3. Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) contabilizado em Outras Contas a Pagar na contabilidade societária e em Encargos Setoriais na contabilidade regulatória.

1.4. Ajustes de imposto de renda e contribuição social diferido proveniente das diferenças de práticas contábeis entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

1.5. Obrigações especiais vinculadas a concessão que são tratados na contabilidade societária como redutoras dos grupos Imobilizado e Ativo de contrato, conforme ICPC 01 - Contrato de concessão.

1.6. Reflexo acumulado da diferença de resultado decorrente da adoção das práticas contábeis societárias e regulatórias.

1.7. Reconhecimento da remuneração financeira sobre o ativo de contrato, conforme ICPC 01 - Contrato de concessão, não registrado na contabilidade regulatória que reconhece a receita pelo faturamento da Receita Anual Permitida – RAP.

1.8. Receita e custo de construção dos ativos de transmissão reconhecidos na contabilidade societária, conforme ICPC 01 - Contrato de concessão, não reconhecidos na contabilidade regulatória.

1.9. Receitas não vinculadas à concessão classificadas como receita operacional no balanço societário e como outras receitas operacionais na contabilidade regulatória e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) classificado como Outros custos e despesas operacionais na contabilidade societária e reclassificada para dedução da receita bruta na contabilidade regulatória.

1.10. Depreciação/amortização do ativo imobilizado e intangível na contabilidade regulatória e tratado na contabilidade societária como ativo de contrato.

1.11. Reflexos dos tributos sobre a diferença de resultado apurado na contabilidade societária e na contabilidade regulatória.

## 19.2. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Lucro líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>29.370</b>	<b>18.033</b>
<b>Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:</b>		
<b>Na Receita</b>		
Receita de construção	(33.862)	(6.553)
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(3.335)	(3.600)
<b>Nos Custos e Despesas</b>		
Custo de construção	24.353	5.977
Depreciação e amortização - custo atribuído	(2.418)	(2.264)
Perdas na desativação de bens	(34)	—
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	1.147	285
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>15.221</b>	<b>11.878</b>

## 19.3. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2025	31.12.2024
<b>Patrimônio líquido societário</b>	<b>155.140</b>	<b>140.895</b>
<b>Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Remensuração do ativo financeiro e demais ajustes de ativos de transmissão	(98.205)	(82.911)
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	5.964	4.817
<b>Patrimônio líquido regulatório</b>	<b>62.899</b>	<b>62.801</b>

## 20. Instrumentos Financeiros

### 20.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	1.094	1.094	7.878	7.878
Investimentos temporários (b)	6	2	803	803	1.830	1.830
			<b>1.897</b>	<b>1.897</b>	<b>9.708</b>	<b>9.708</b>
<b>Custo amortizado</b>						
Consumidores, concessionárias e permissionárias (a)	5		2.415	2.415	2.150	2.150
			<b>2.415</b>	<b>2.415</b>	<b>2.150</b>	<b>2.150</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>4.312</b>	<b>4.312</b>	<b>11.858</b>	<b>11.858</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Outros passivos financeiros</b>						
Fornecedores (a)	10		466	466	4.137	4.137
Empréstimos e financiamentos (c)			6.612	6.354	8.657	15.795
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>7.078</b>	<b>6.820</b>	<b>12.794</b>	<b>19.932</b>

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

### Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia Paranaense de Energia – Copel e/ou suas subsidiárias, de CDI + *spread* de 1,17%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

## 20.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

### 20.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.

Adicionalmente, a Companhia atua na gestão de contas a receber implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

### 20.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração desse risco com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias, enquanto as de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil – Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 4 anos. A partir de 2030, repetem-se os indicadores de 2029 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Passivo Total
<b>31.12.2025</b>						
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	232	461	2.043	4.912	7.648
Fornecedores	NE nº 10	466	—	—	—	466
<b>31.12.2024</b>						
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	239	478	2.110	7.575	10.402
Fornecedores	NE nº 10	4.137	—	—	—	4.137

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

### 20.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### (a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

## Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 15,0% previsto na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen, e TJLP - 8,79%, que considera a projeção interna da Companhia). Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2025	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
<b>Ativos financeiros</b>					
Investimentos temporários	Baixa CDI	803	901	877	852
		<b>803</b>	<b>901</b>	<b>877</b>	<b>852</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(6.612)	(571)	(714)	(857)
		<b>(6.612)</b>	<b>(571)</b>	<b>(714)</b>	<b>(857)</b>
		<b>(5.809)</b>	<b>330</b>	<b>163</b>	<b>(5)</b>

### 20.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

## 21. Partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes de transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

Parte Relacionada / Natureza da operação	Passivo		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>Controlador</b>				
<b>Copel Geração e Transmissão S.A</b>				
Dividendos	24.107	4.282	—	—
Contrato de operação e manutenção	262	847	(2.660)	(2.331)
Compartilhamento (a)	36	30	—	—
<b>Entidades com influência significativa</b>				
BNDES e BNDESPAR - Financiamentos (b)	6.612	8.657	(782)	(836)
<b>Entidades sob controle comum</b>				
<b>Copel Distribuição S.A.</b>				
Compartilhamento (a)	15	13	—	—
<b>Pessoal chave da administração</b>				
Honorários	—	—	(9)	(10)
Encargos sociais	—	—	(2)	(3)

- a) Os saldos se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

b) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que, por sua vez, possui ações da Companhia Paranaense de Energia - Copel. As informações do financiamento estão detalhadas na NE nº 11.

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

## 22. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2027	192.584
Riscos Operacionais	24.08.2026	27.110
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Curitiba, 17 de abril de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO  
REZENDE**

Diretor Técnico

**ADRIANO FEDALTO**

Diretor Administrativo-Financeiro

**MICHAEL LUIZ DE SOUZA**

Contador - CRC-PR-059084/O-0

Em atendimento à Resolução Normativa nº 933 de 18.05.2021 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias foram publicadas em 24.03.2026 e as Demonstrações Contábeis Regulatórias publicadas em 17.04.2026, restando disponíveis no site da Copel <https://ri.copel.com/>.



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Administradores e Acionistas  
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos a atenção para a Nota 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de preparação dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

### **Outros assuntos - Demonstrações financeiras societárias**

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente em 24 de março de 2026, sem modificação.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude

Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de abril de 2026



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro  
Contador CRC 1RJ118070/O-0